

Maria Alice Nunes Costa*

Mudanças no mundo empresarial: a responsabilidade social empresarial

Resumo: Este artigo se refere aos resultados parciais da pesquisa de doutoramento sobre o investimento social privado na saúde, no Brasil contemporâneo. A pesquisa visa a um estudo sobre as políticas sociais de saúde implementadas através de financiamento de empresas privadas auto-intituladas como socialmente responsáveis. Será aqui apresentada uma visão panorâmica da trajetória do movimento empresarial na promoção de ações sociais voluntárias, baseadas em valores como responsabilidade e solidariedade com populações de baixa renda. Serão destacados os pressupostos teóricos que envolvem a problemática de uma coordenação por redes sociais entre Estado, mercado e sociedade na promoção dessas políticas sociais. Em seguida, serão descritos exemplos de investimento privado em áreas sociais, para nos posicionarmos frente à dimensão política do envolvimento das empresas com as questões sociais, em particular na área da saúde, no Brasil contemporâneo. O trabalho questiona o investimento social privado como outra forma de responsabilidade e solidariedade sendo estruturada no Brasil contemporâneo. Cabe, então, suscitar a reflexão sobre o sentido real da solidariedade que move as empresas na promoção da saúde pública, em vista da nova questão social que se impõe em nossos tempos. Além disso, estaremos atentos à direção para que essas políticas sociais de financiamento privado apontam em relação à busca pela universalização dos direitos de saúde e cidadania.

Introdução

Quanto à perspectiva de que a coesão social é promovida pela ampliação da participação de diversos agentes sociais em favor da coletividade, temos observado que novas redes de solidariedade vêm sendo articuladas no Brasil. Os anos 90 tendem a consolidar a ação de alguns movimentos sociais e de setores do empresariado, visando à mobilização de recursos, ao intercâmbio de experiências e à formulação de projetos

* Cientista Política brasileira e doutoranda em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ/IPPUR). É pesquisadora-docente da Fundação Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ e trabalha com políticas sociais na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. No período de julho de 2004 a julho de 2005, realiza Estágio de Doutorado na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra sob a orientação do Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos, com o apoio financeiro do Ministério da Educação do Brasil/ CAPES. Contato: alicecosta.rj@uol.com.br

sociais fundados em identidades e valores coletivos para populações de baixa renda, assim como a adoção de condutas éticas empresariais.

Este artigo tem como objetivo apresentar alguns dos resultados preliminares que venho realizando sobre um fenómeno relativamente novo no Brasil, que denomina-se de responsabilidade social empresarial. São empresas que, além de se aterem com o lucro de suas empresas, embutem na lógica da rentabilidade a preocupação com o bem-estar colectivo, em particular no desenvolvimento de políticas sociais de saúde no Brasil. Essas ações sociais empresariais para com comunidades de baixa renda, chamadas de investimento social privado, são realizadas autonomamente por empresas ou em parceria com governos e organizações não-governamentais. As grandes empresas, em particular, passaram a financiar projetos sociais com uma soma de valor monetário significativa e, conseqüentemente, de valor simbólico agregador a sua imagem social. São projetos na área de educação, saúde, meio ambiente, lazer, cultura e esporte conectados com identidades coletivas, com o intuito de mobilizar a opinião pública para a ampliação da idéia de responsabilidade, antes restrita ao Estado.

Esta chamada “responsabilidade social empresarial” tem assumido grande visibilidade no Brasil, sendo objeto de vários estudos no campo da Administração, Educação e nas Ciências Sociais. O investimento social privado está inserido na idéia de responsabilidade social empresarial e afirma-se por estar direcionado ao público externo, ou seja, amplia-se para além dos muros das fábricas ou das empresas.

Citamos alguns exemplos de projectos sociais de investimento social privado na área de saúde no Brasil. Sabemos que a saúde não tem apenas a finalidade de reproduzir a força de trabalho, ela é a própria vida; portanto, sua ação intervém na vida das pessoas de maneira individual e coletiva. Desta forma, analisar propostas de intervenção na saúde é enveredar no campo do bem-estar social, como um bem público universal, capaz de proporcionar ao seu humano a sua sobrevivência biológica como indivíduo, sendo também um bem essencial para a plenitude de uma vida humana e social digna.

Contudo, no Brasil, a proposta de universalização da saúde como dever do Estado é recente. Foi apenas introduzida com a Carta Constitucional de 1988, fruto de amplo debate e participação da sociedade, frente ao esgotamento da ditadura militar associado à crise financeira do Estado e à globalização econômica. Na verdade, o Estado brasileiro nunca conseguiu de fato construir um sistema de proteção social universal, ao contrário da maioria dos países da Europa, em que, após a Segunda Guerra Mundial, o princípio

da solidariedade, como redistribuição com base nas necessidades humanas, foi alcançado com a universalização do sistema de proteção social, constituindo os Estados de Bem-Estar Social.

O investimento social privado parece ser uma nova e diferente face da capacidade organizativa das empresas, que surge como alternativa à proposta ao sistema de solidariedade universal compulsória, desenvolvida e financiada pelo Estado. Mesmo que ações de responsabilidade social empresarial ainda sejam incipientes e realizadas através de ações pontuais, têm-se mostrado determinantes no processo de mobilização da solidariedade e responsabilidade das empresas para com a sociedade.

1. Uma visão panorâmica da responsabilidade social empresarial

O envolvimento de empresários com questões sociais não é tão recente quanto pensamos. A diferença está na dimensão e no envolvimento de diversos atores sociais neste debate, que tem assumido grandes proporções, principalmente a partir dos anos 90, na América Latina.

Citamos a excepcionalidade e a tradição do caso americano. A filantropia empresarial nos EUA, enraizada pelo legado puritano, possibilitou a conversão de recursos privados em fundos comuns para promover interesses coletivos para atender aos menos favorecidos. Como exemplo, em 1944, foram aplicados 129.900 milhões de dólares em práticas filantrópicas, o que representava, aproximadamente, 2% do produto nacional bruto (Hunter, 1999: 44).

A intrínseca relação entre empresas e o Estado na provisão do bem comum vigora desde o século XVI, quando os monarcas autorizaram o investimento de corporações de capital privado que prometessem benefícios públicos, como na exploração e na colonização do Novo Mundo. As primeiras corporações nas colônias americanas foram fundadas para prestar serviços de construção, transporte e infra-estrutura, sendo reguladas quanto ao seu tamanho, tipo de negócio e estrutura de capital. Até o início do século XX, a premissa fundamental da legislação sobre corporações era a de que seu propósito era a realização de lucros de seus acionistas. (Ashley *et al.*, 2000). Contudo, ações coletivas de caridade entre Estado e a burguesia, frente à ameaça que representavam os pobres, eram utilizadas no século XVIII e XIX (De Swaan, 1992). A

análise de Procacci (1993, *apud* Beghin, 2003) quanto às políticas de combate à pobreza deste período na França mostra o social nascendo de uma exigência de desativar potenciais antagonismos decorrentes da pobreza, na medida em que a miséria é interpretada em termos de “antissociabilidade”, para, justamente, torná-la governável; ou seja, a solidariedade social expressava-se através da caridade como forma de governar a miséria.

No início do século XX nos Estados Unidos, ocorreu um episódio emblemático quanto à responsabilidade social empresarial: o julgamento na justiça americana do caso Dodge *versus* Ford. Henry Ford, presidente e acionista majoritário decidiu, em 1916, não distribuir parte dos dividendos esperados, revertendo-os para a realização de objetivos sociais, como aumento de salários e aplicação em um fundo de reserva para a redução esperada de receitas devido ao corte nos preços de carros. Ford agiu contrariando interesses de um grupo de acionistas, como John e Horace Dodge. A Suprema Corte de Michigan se posicionou a favor dos Dodges, justificando que a corporação existe para o benefício de seus acionistas, e que diretores corporativos têm livre arbítrio apenas quanto aos meios para se alcançar tal fim, não podendo usar os lucros para outros fins (Ashley *et al.*, 2000). Desse modo, neste período, a prática de ações sociais pelas empresas não era estimulada e era até condenada. A filantropia era portanto de caráter pessoal, representada por doações por empresários ou pela criação de fundações, como a Ford, a Rockefeller e a Guggenheim.

Após os efeitos da Grande Depressão e o período da Segunda Guerra Mundial, a noção de que a corporação deve responder apenas aos acionistas sofreu ataques. No contexto americano, a temática da responsabilidade se impôs às empresas para controlar política e socialmente seu poder, na medida em que, no decorrer dos anos 30, com o seu desenvolvimento, as grandes corporações detinham o poder de interferir nacionalmente na esfera política (Cappellin, 2004: 105). Desta maneira, diversas decisões nas Cortes Americanas foram favoráveis às ações filantrópicas das corporações. Em 1953, a justiça americana posicionou-se de maneira favorável à doação de recursos para a Universidade de Princeton, contrariamente aos interesses de um grupo de acionistas. A Justiça determinou, então, que as corporações podiam buscar o desenvolvimento social, estabelecendo em lei a filantropia corporativa (Ashley *et al.*, 2000).

Com o Keynesianismo e sua política de intervenção do Estado na economia, houve redução gradual das incertezas no mercado, o que gerou condições para as

empresas investirem em tecnologia, acumularem capital e consolidarem o modelo de produção em massa. Com as pressões da sociedade e do Estado, a ação filantrópica passou a ser promovida pela própria empresa, simbolizando o início da incorporação da temática social na gestão empresarial. Portanto, falar de responsabilidade social empresarial nos Estados Unidos é referir-se às exigências que se sobrepunham à fragilidade da capacidade do Estado de regular o controle da autonomia das empresas durante este período (Cappellin, 2004: 105).

Depois da Segunda Guerra Mundial, podemos observar a relação entre o empresariado e o Estado na provisão de bens comuns. Citamos o próprio pacto social precedente ao Estado-providência como exemplo desta relação. O fortalecimento do Estado fundou-se na aceitação da lógica do lucro pelos trabalhadores e na concorrência dos empresários com as políticas redistributivas, criando condições para o consenso mínimo. Num estudo¹ sobre a emergência de políticas nacionais de bem-estar na Europa, De Swaan viu a percepção das elites econômicas sobre os problemas sociais como uma dimensão explicativa central. Na sua perspectiva, somente quando as elites econômicas viram vantagens na coletivização de soluções a problemas sociais é que o poder público se tornou agente natural na provisão de “bens de cidadania” como educação, saúde e previdência. Ou seja, “tanto para os grandes empresários como para os trabalhadores, a seguridade social se converteu cada vez numa questão de custos e controles e, finalmente, num tema de negociação” (De Swaan, 1992: 254). Conforme o autor, surge algo que pode ser chamado de “consciência social” de todos os membros de uma coletividade nacional vinculados a um substrato de responsabilidade que ia além da ação individual até alcançar, a partir do reforço das iniciativas de políticos e administradores reformistas encarregados da burocracia estatal, uma orientação para uma política nacional em que o Estado central proviria à segurança e proteção dos bens coletivos. É a partir desse consenso que se passa a exigir que o Estado se ocupe, com fundos públicos, a dar proteção aos necessitados em geral (idem: 18-19). Portanto, o Estado-Providência sacrificou capitalistas individuais – que deixaram de ter alguns lucros que tinham antes – em favor, no entanto, de um melhor funcionamento da sociedade, o que, no seu conjunto, acabou por favorecer ao próprio capitalismo. Ou seja,

¹ Ver Abram de Swaan (1988), *In Care of the State* (Cambridge: Polity Press and Basil Blackwell). Publicado também em 1992 por Ediciones Pomares-Corredor, S.A.

o Estado-Providência surge como forma de domesticar a solidariedade social dos trabalhadores, através do consenso do empresariado.

Neste período, alguns dirigentes passaram a compreender – de forma paternalista – que as condições de vida material dos trabalhadores representavam uma espécie de imperativo moral e o meio de manter uma fidelidade coletiva à empresa, sem que disso se esperasse um elo directo com a eficácia econômica. A maioria dos gestores da grande organização taylorista trocava as diversas exigências racionais de produção por uma divisão dos benefícios do crescimento. Conforme Sansaulieu, “bastava que os empregados e os operários acedessem regularmente às vantagens materiais da sociedade de consumo, ela própria resultante do crescimento econômico, para que não houvesse grande preocupação pelo seu desejo de investimento na vida do trabalho” (1997: 291).

Contudo, esse consenso nos países periféricos (como no Brasil) era relativo, especialmente por parte da elite empresarial. Conforme Barbara Weinstein assinala,

O que os industriais propunham não era um Estado do Bem Estar Social do tipo que estava sendo criado em países capitalistas mais desenvolvidos, mas antes uma espécie de capitalismo de bem estar: a atuação direta do capital no fornecimento de produtos mais baratos e serviços sociais para combater a ‘pobreza’. (Weinstein, 2000: 162)

A partir de meados dos anos 70, as incertezas passam a dar conta do cenário internacional. A crise econômica propiciou o surgimento de um novo sistema mundial de cunho competitivo exacerbado, expresso pelo processo de globalização econômica, pela retração do Estado e, conseqüentemente, pela emergência da sociedade civil na luta pelos direitos humanos e sociais em face do refluxo das políticas sociais realizadas pelo Estado. O contrato social entre empresários e o Estado é abalado. A crise econômica e social passa a ser captada, interpretada e direcionada contra o Estado, gerando um abalo na confiança em relação a sua operacionalidade. Constata-se que a crise fiscal do Estado acabou impactando sobre a credibilidade pública do Estado, enfraquecendo a percepção de sua finalidade diante da ineficiente administração dos problemas.

A crítica ao papel do Estado, corrente nos anos 70 e 80 passa a ser reconceitualizada nos anos 90. Neste debate, surge a proposta de uma nova forma de governação do Estado, em que ele passe a atuar em conjunto com a sociedade civil, o mercado e as empresas na solução dos problemas sociais.

Na década de 90, passamos a observar a idéia tanto de responsabilidade social empresarial quanto de cidadania empresarial. Em 1996, o Presidente norte-americano Bill Clinton promoveu uma conferência reunindo empresários, líderes trabalhistas e estudantes para discutir, disseminar e incentivar práticas de cidadania empresarial (Ashley *et al.*, 2000).

Assim, observamos a ampliação normativa da responsabilidade social empresarial como uma matriz orientadora estratégica das empresas se manterem no mercado altamente competitivo. Por mais paradoxal que seja, diante da expansão de seu poderio, o mercado, hoje, está diante do enfrentamento dos desafios éticos para as dimensões econômicas, ambiental e social dos negócios, necessitando assim se articular, constantemente, com o Estado e com a sociedade.

As empresas, submetidas à concorrência internacional no contexto da reestruturação produtiva, passaram a buscar soluções para melhorar seu desempenho e sua competitividade. O aumento da competição internacional impôs novos padrões de desempenho produtivo, tecnológico e mercadológico às empresas. Foi necessária uma adaptação às novas necessidades, com uma produção mais flexível, trabalhadores mais qualificados ou multiespecialistas, integração entre trabalhadores e máquinas, além de tecnologias avançadas.

A qualidade do produto e a qualidade gerencial passaram a ser fatores competitivos essenciais para se conseguir atrair clientes, produzir mais e reduzir os custos. Da mesma forma, a competitividade do mercado tem exigido uma mudança da mentalidade do empresariado com uma ênfase maior na perspectiva que focaliza o fator humano e social como chave para o sucesso.

A educação e o conhecimento passam a ser fatores fundamentais para o restabelecimento do equilíbrio econômico e coerência entre os elementos internos e externos (novas tecnologias e novas formas de gestão). Da empresa busca-se uma nova racionalidade capaz de dar conta da harmonização do sistema.

Na medida em que as regras da operação dos negócios foram se tornando obsoletas, a sobrevivência das empresas passou a depender de sua capacidade de aceitar as novas idéias e as novas estratégias de organização empresarial. Contudo, nem todas as empresas estão mudando. Aquelas que mudam, em especial as grandes empresas, têm apontado para o fato de que a resistência à mudança é resultado da acomodação

gerencial, da falta de perspectivas na mudança ou da insegurança provocada pela ausência de treinamento e educação voltados às novas práticas.

Os movimentos sociais, em especial dos ambientalistas, conquistaram uma posição de destaque nesta nova configuração empresarial. Muitas empresas de grande porte, inclusive as responsáveis pela emissão de poluentes, passaram a incluir em sua agenda a questão ecológica. Considera-se uma empresa ambientalmente responsável aquela que age para a manutenção e melhoria das condições ambientais, minimizando ações próprias potencialmente agressivas ao meio ambiente e disseminando em outras empresas as práticas e conhecimentos adquiridos neste sentido.

O acirramento do debate ambiental propiciou a criação da ISO 14000, que consiste num conjunto de procedimentos e técnicas sistêmicas que buscam dotar uma organização dos meios para definir a política ambiental e que assegura o atendimento dos principais requisitos: sistemas de gestão ambiental, auditoria ambiental, aspectos ambientais das normas de produtos, análise do ciclo de vida do produto e desempenho ambiental (Sebrae, 1998).

A organização não-governamental americana CEPAA (Council on Economic Priorities Accreditation Agency) e a Social Accountability International (SAI), fundadas em 1997 com o propósito de criar códigos de condutas para as empresas, elaboraram em 1998 o padrão Social Accountability 8000 (AS 8000). A SAI reúne *stakeholders*-chave para desenvolver normas voluntárias baseadas no consenso, acredita organizações qualificadas para verificar o cumprimento de tais normas e promove a compreensão e a implementação das mesmas em escala mundial. Este padrão de sistema de verificação, que consiste nos mesmos critérios da ISO 9000, estabelece estratégias para garantir a qualidade nos negócios baseando-se em normas dos direitos humanos internacionais, nos acordos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, nas resoluções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como em toda legislação do país onde se encontra a empresa auditada². Em janeiro de 2003, já haviam sido certificadas empresas em 30 países dos cinco continentes, representando 22 sectores de atividade.

Algumas empresas têm adotado códigos de ética que abrangem condutas de empregados, relações com a comunidade e o ambiente, fornecedores e prestadores de serviços, atividade política e tecnologia. Essas empresas passaram a ter duas metas dentro de suas estruturas éticas: obter vantagem competitiva e alcançar legitimidade

² Ver www.cepaa.org.

empresarial. A legitimidade empresarial provém de metas, de propósitos e de métodos que sejam consistentes com os da sociedade. Assim, as organizações devem ser sensíveis às expectativas e aos valores da sociedade.

A questão da ética nos negócios tem sido valorizada, atualmente, em muitas grandes empresas, no meio acadêmico e na mídia. A sociedade pressiona para a questão da ética corporativa, que deve ser guiada por valores ou princípios de conduta como honestidade, justiça, integridade, respeito, transparência, respeito pelo outros e cidadania responsável.

Em 1992, ocorreu no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio Eco-92, em que organizações da sociedade civil responsabilizaram as empresas pelos padrões de crescimento que violavam os preceitos ecológicos e humanos dentro das empresas. Depois deste evento, foi criado no Brasil o Conselho Empresarial Brasileiro (CEBDES), ligado ao World Business Council for Sustainable Development,³ cujo objectivo é promover o desenvolvimento sustentável a partir da ecoeficiência e responsabilidade social empresarial.

Existem dois grandes códigos de conduta que as empresas internacionais, os governos e os sindicatos têm se comprometido a respaldar: a Declaração Tripartida da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais. A Declaração tripartida de princípios da OIT sobre as empresas multinacionais e para a política social é composta de 58 cláusulas e foi adotada pelo Conselho de Administração da OIT em novembro de 1977. É um conjunto de recomendações relativas às práticas laborais básicas, fundadas nos princípios da OIT que abarcam questões sociais que incluem emprego, capacitação, condições de trabalho e de vida e relações laborais. Em 2000, o Conselho Ministerial da OCDE adotou consideráveis revisões nas Diretrizes da OCDE para empresas multinacionais, aprovadas inicialmente em 1976. Essas revisões dizem respeito aos princípios e direitos dos trabalhadores enumerados pela Declaração da OIT, além da referência quanto às responsabilidades das empresas multinacionais com relação aos subcontratos e fornecedores e o respeito aos direitos humanos em geral. Especialmente importante foi a decisão de ampliar oficialmente a cobertura das Diretrizes para incluir nelas os operativos mundiais de multinacionais com sede em países que subscreveram esse

³ Ver www.cebdes.org.br, e www.wbcsd.

documento (30 membros da OCDE mais Argentina, Brasil e Chile) (CIOLS, 2001). As linhas de orientação da OCDE para as multinacionais dizem respeito às áreas de políticas gerais, revelação de informações, emprego e relações industriais, ambiente, combate à corrupção, interesses dos consumidores, ciência e tecnologia, concorrência e fiscalidade.

No âmbito das Nações Unidas, foi lançado o Pacto Global (Global Compact⁴) pelo Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, no Fórum Mundial Econômico de Davos, em 1999 e em julho de 2000, em Nova York. É um código de conduta, de adesão voluntária, para empresas e organizações, cujo objetivo é o de formar uma “aliança global” em torno da defesa de direitos e princípios reconhecidos internacionalmente e ratificada pela maioria dos governos. É uma iniciativa internacional, emoldurada no esforço conjunto de empresas, de agências das Nações Unidas (Alto Comissariado para os Direitos Humanos, Programa Ambiental, OIT e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e de agentes da sociedade civil e laboral. O código abarca nove princípios em três áreas: direitos humanos, direitos laborais e defesa do ambiente.

No âmbito da União Européia, foi elaborado um documento sobre os caminhos para promover um quadro europeu para a responsabilidade social empresarial, que está contido no *Livro Verde da Comissão Européia*⁵ de 18 de julho de 2001. A definição de responsabilidade social empresarial é definida logo na parte introdutória:

A responsabilidade social das empresas é, essencialmente, um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo. (...) Esta responsabilidade manifesta-se em relação aos trabalhadores e, mais genericamente, em relação a todas as partes interessadas afetadas pela empresa e que, por seu turno, podem influenciar os seus resultados. (parágrafo 8)

Observamos que a adoção de responsabilidade social no Livro Verde pressupõe que ela contribui para maior produtividade, maior rentabilidade e maior competitividade das empresas, ou seja, as empresas podem ser social e ambientalmente responsáveis, contribuindo assim para a rentabilidade das próprias empresas e para o desenvolvimento econômico da sociedade. Ser socialmente responsável não se restringe ao cumprimento

⁴ Ver www.unglobalcompact.org.

⁵ Ver European Commission (2001). *Promoting an European Framework for Corporate Social Responsibility*. European Commission.

de todas as obrigações legais, implica ir além, investir em capital humano e social. No parágrafo 11, o Livro é claro:

Confrontadas com os desafios de um meio em mutação no âmbito da globalização e, em particular, do mercado interno, as próprias empresas vão tomando consciência de que a sua responsabilidade social é passível de se revestir de um valor econômico directo. Embora a sua obrigação primeira seja a obtenção de lucros, as empresas podem, ao mesmo tempo, contribuir para o cumprimento de objetivos sociais e ambientais mediante a integração da responsabilidade social, enquanto investimento estratégico empresarial, nos seus instrumentos de gestão e nas operações.

Realizou-se em Portugal, em 2002, um amplo Seminário Nacional sobre Responsabilidade Social das Empresas, com a presença de empresários, governo e comunidade académica, com o objetivo de refletir sobre uma proposta de responsabilidade social das empresas da seção portuguesa do Centro Europeu das Empresas com Participação Pública e Empresas de Interesse Econômico Geral (CEEP) e do Conselho Econômico e Social da União Europeia (CES, 2003). A grande preocupação de Portugal, neste seminário, concentrava-se em entender as diretrizes da União Europeia e de que forma poderiam ser adotadas, tendo em vista a fraca industrialização de Portugal, associada com o nível social e de cumprimento das normas, que está aquém dos países europeus mais ricos. Entendem que a adoção de responsabilidade social empresarial, apesar das pressões internacionais para a padronização, requer uma interpretação interna das conjunturas de cada país. Conforme frisou o Presidente da Associação Portuguesa de Bancos e vice-presidente do Conselho Econômico e Social,

As nossas responsabilidades sociais, antes de mais, têm que ver com o quadro insatisfatório que estamos a viver. (...) No caso português é mais grave porque, além de uma legislação inadequada, temos o seu incumprimento generalizado. Antes de qualquer acréscimo de exigências sociais – importantes em si mesmas – é necessário que a lei seja cumprida, é necessário que a lei seja correta, e é necessário que haja resposta em tempo aos desafios incontornáveis que se aproximam, com o alargamento da União Europeia, e com a globalização mundial do comércio e dos movimentos de capitais, que verdadeiramente põem em causa a eficácia da nossa atual base econômica e do funcionamento das instituições públicas. (CES, 2003: 41)

No âmbito da América Latina, muitas organizações empresariais voltadas para a responsabilidade social estão ligadas através de uma rede de relações com a organização

empresarial americana BSR⁶ (Business Social Responsibility). Esta rede foi criada a partir de um Encontro em Miami, Social Venture Network, em 1997, com o intuito de se criar um modelo de responsabilidade social empresarial para ser seguido na América Latina. Temos como exemplo o Instituto Ethos no Brasil, criado em 1998, a Acción Empresarial no Chile (1999), Fundemas em El Salvador (2000), incluindo aqui organizações mais antigas como o Mexican Center for Philanthropy, criado em 1988, e a Peru 2021, criada em 1994, além de outras organizações similares que estão ativas na Argentina, na Colômbia e Panamá.⁷

Conforme observou Agüero, essas organizações tem implementado uma ampla rede com ONGs locais e internacionais, agências governamentais, organizações multilaterais, universidades, centros de pesquisa, fundações filantrópicas americanas, através de uma agenda de conferências nacionais e internacionais sobre práticas de responsabilidade social empresarial na América Latina. Para Agüero, importa analisar a origem deste tema de maneira comparativa. Na América Latina, pode-se identificar o mesmo contexto: um Estado fraco, a democratização e as reformas neoliberais. Com as privatizações, o setor privado fica mais poderoso, aumenta a complexidade organizacional e, diante da mobilização da sociedade civil organizada, as empresas passam a se preocupar com sua legitimidade no cenário de crises, incertezas, baixo crescimento, do aumento do desemprego e das desigualdades sociais. Cria-se para o empresariado oportunidades de sair de seus limites corporativos estreitos para ter uma visão mais assertiva, nacional e universalista.

Contudo, esses fenômenos se organizam de maneira diferente entre os países, a partir de três fatores primordiais, que se inter-relacionam: 1) pressão e mobilização social, em que as questões sobre a pobreza, a desigualdade, a discriminação emergem ao lado dos altos níveis de desemprego, no cenário do fim dos governos militares nos anos 80, em que a sociedade organizada busca novas oportunidades para se organizar e se expressar; além disso, criam-se consumidores mais exigentes; 2) nova visão e percepção entre as elites empresariais, em que os empresários são iluminados por novas idéias no

⁶ Ver www.bsr.org.

⁷ Felipe Agüero realizou a pesquisa “The Promotion of Corporate Social Responsibility in Latin American”, que consiste em compreender as origens da idéia de responsabilidade social na América Latina, a partir do estudo comparativo de organizações empresariais, especificamente as destinadas a difundir o tema da responsabilidade social empresarial. Os dados preliminares desta pesquisa foram apresentados no Workshop “Responsabilidade Social Empresarial no Brasil Hoje: um balanço”, em abril de 2003, tendo sido a autora deste artigo a relatora deste evento.

enfrentamento de realidades práticas e sociais, que demandam novas estratégias de inserções em período de transição política e econômica; e 3) o desenvolvimento de novas práticas gerenciais, como resposta à crise econômica e às pressões do mercado e da sociedade civil organizada. Esses fatores se combinam e se articulam de maneira específica, com pesos diferentes em cada país. Por exemplo: enquanto que, no Peru, a responsabilidade social empresarial surge como uma reação política das elites empresariais à crise peruana, no Chile, a responsabilidade social empresarial surge com uma conotação religiosa e humanitária, como resposta ao profundo enriquecimento do empresariado local, ao lado da consciência das imensas desigualdades sociais. E outros contrastes também podem ser observados entre o México e Argentina. O grande contraste observado é entre o Brasil e os demais países. O caso brasileiro é singular, pois a responsabilidade social empresarial nasce de uma sintonia única: “com o calor da democratização no país” (Agüero, 2003).

Várias são as instituições engajadas com o tema da responsabilidade social empresarial: Business for Social Responsibility, com sede nos EUA (BSR); World Business Council for Sustainable Development, com sede na Suíça (WBCSD); Corporate Social Responsibility, com sede na Holanda (CSR). Essas entidades compartilham a idéia de que a responsabilidade da empresa é a extensão do papel empresarial além dos objetivos econômicos, e que as empresas devem, assim, realizar ações sociais que beneficiem a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento econômico sob a dimensão do desenvolvimento sustentável.⁸ Segundo a definição do Conselho Mundial Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (World Business Council for Sustainable Development/WBCSD), instituição que congrega várias empresas ao redor do mundo, "Desenvolvimento sustentável significa adotar estratégias de negócio que atendam às necessidades da organização, do ser humano, da comunidade, ao mesmo tempo em que mantêm os recursos naturais para as próximas gerações".⁹

A responsabilidade social das empresas está associada ao desenvolvimento local sustentável, na medida em que relaciona o desempenho das empresas ao consumo de recursos pertencentes à sociedade. Nesse sentido, cidadania empresarial e desenvolvimento sustentável coadunam em um mesmo objetivo: conjugar balanços de

⁸ Ver página da internet de Patrícia Ashley, que contém a relação de sites ligados à responsabilidade social nos negócios, no Brasil e no exterior.

⁹ Ver página na internet www.geocities.com.

vendas e lucros com um conjunto de valores éticos e práticas sociais e ambientais para aferir o sucesso de determinada organização. Depois de terem centrado a sua atenção sobre os riscos da governação e os riscos industriais, os mercados e os investidores começaram a tomar em consideração os riscos ecológicos. Portanto, a noção de risco está no centro do interesse que pode levar uma empresa ao conceito de responsabilidade social. A abordagem sustentável conduz a uma alteração do mapa de riscos e a uma integração da sua prevenção.

De uma forma ou de outra, a responsabilidade social empresarial expressa-se como uma estratégia de ação coletiva do empresariado para o enfrentamento das mudanças na sociedade ou através de motivação religiosa católica.

Em suma, no quadro atual de mudanças na realidade empresarial, surge a idéia de responsabilidade social empresarial, definida pelos empresários como uma gestão administrativa direcionada para a implantação de ações sociais que beneficiem o público interno da empresa (funcionários e dependentes, fornecedores e parceiros dos negócios) e externo (a comunidade), denominado também de investimento social privado.

A responsabilidade social empresarial passa a se diferenciar da filantropia, na medida em que compartilha projetos comunitários com todas as partes interessadas (parceiros/stakeholders) da empresa (acionistas, clientes, concorrentes, funcionários) e da sociedade (comunidades, governo, etc.). A filantropia se limita à doação de recursos à comunidade e está relacionada à caridade, envolvendo doações efetuadas por empresários ou por fundações criadas por eles, sem controle e avaliação dos resultados auferidos com o investimento.

A responsabilidade social voltada ao público interno de uma empresa pressupõe um modelo de gestão participativa e de reconhecimento dos empregados no intuito de motivá-los a um desempenho ótimo que aumente a produtividade corporativa. Envolve, por exemplo, o projeto de qualidade de vida, a busca de condições favoráveis no ambiente de trabalho, o fornecimento de cesta básica, a criação de condições de segurança, planos de saúde, plano de cargos e salários, qualificação profissional, etc. (Melo Neto e Froes, 1999).

Quanto ao foco externo, a responsabilidade social aparece através de doações ou investimento social privado a programas e projetos comunitários que a empresa desenvolve, ou aqueles desenvolvidos através de parcerias com o governo, com ONGs e

com a população organizada de comunidades carentes. Além disso, a responsabilidade social das empresas tem aparecido através de programas de voluntariado, nos quais participam seus empregados, fornecedores e demais parceiros. A responsabilidade social amplia-se em relação à filantropia na medida em que passa a fazer parte de seu gerenciamento operacional, com planejamento definido e departamentos específicos dentro da empresa para desenvolver os projectos, implementá-los e controlar os resultados. Nesse sentido, possui indicadores de avaliação para verificar o nível de envolvimento com questões sociais, tais como o Balanço Social, a demonstração do valor adicionado e as certificações de responsabilidade social para informar a sociedade sobre o seu comportamento socialmente responsável interno e externo à empresa.

Melo Neto e Froes (1999) salientam que a responsabilidade social deve ser vista também como um fator competitivo que contribuí de forma decisiva para o desempenho e autopreservação das empresas. Ao investir em projetos sociais, as empresas poderão desenvolver um planejamento estratégico de marketing social com significativos resultados, como por exemplo:

- Promoção da imagem do empresário como grande benfeitor e alguém dotado de grande sensibilidade para os problemas sociais;
- Construção de uma imagem simpática da empresa para o consumidor;
- Valorização das ações do seu projeto como instrumento de fidelização de clientes, captação de novos clientes, aproximação com o mercado, melhoria do relacionamento com os fornecedores, distribuidores e representantes, além da abertura de novos canais de venda e distribuição;
- Agrega valor à marca ou produto através da incorporação do social, conferindo status de socialmente responsável para a marca e o produto.

A responsabilidade social passa a ser então do interesse de algumas empresas, na medida em que, além de terem seu poder fortalecido como promotoras de bem-estar social, têm a expectativa de que poderão contribuir para o fortalecimento da sociedade civil. A empresa que atua de maneira responsável nas dimensões internas e externas, sem se ater apenas aos resultados financeiros do balanço econômico, estará exercitando sua cidadania empresarial e será classificada como empresa-cidadã pelo mercado (Melo Neto e Froes, 1999). Contudo, a ação empresarial definida como responsável não se

refere ao simples cumprimento das obrigações legais, previamente determinadas pelas conquistas da sociedade. E esse é exatamente o tipo de sociedade que mais atende às necessidades das empresas na economia contemporânea, isto é, uma sociedade que permita que os fluxos de informações sejam ágeis, diversificados e desenvolvidos para facilitar o consenso, as negociações e minimizar os custos das transações comerciais (Cheibub e Locke, 2002; Skidmore, 2001).

Como explicam Cheibub e Locke (2002: 280), não faz sentido denominar de responsabilidade social empresarial o cumprimento da lei: “Da mesma forma, não podemos chamar de responsabilidade social as ações, programas, benefícios, etc. que foram adotados pelas empresas como resultado de negociação trabalhista (acordo, convenção, etc.). Neste caso, estamos diante de uma questão de poder, barganha política, e não de responsabilidade social”.

2. A responsabilidade social empresarial no Brasil

A questão da responsabilidade social na provisão de bens coletivos no Brasil esteve associada, durante aproximadamente quatro séculos, à caridade realizada pela Igreja Católica e à filantropia empresarial, marcadamente no processo da industrialização.

A institucionalização da caridade da Igreja Católica remonta à chegada da Irmandade da Misericórdia e à instalação das primeiras Santas Casas de Misericórdia que, desde a metade do século XVI, mantêm hospitais para a população. Foram criadas com preocupações caritativas e beneficentes e voltadas especialmente aos órfãos, idosos ou inválidos (Mestriner, 2001).

Mesmo com a instauração da República, o Estado brasileiro deu continuidade à políticas sociais implantadas pela Igreja Católica, através do financiamento por intermédio de repasse de recursos, subsídios, subvenções e isenções de impostos à instituições com a conotação de filantropia. Mestriner (2001) mostra a história da filantropia no Brasil que vai da caritativa (até 1889), à higiênica (1889 a 1930), a disciplinadora (1930 a 1945), a pedagógica profissionalizante (1946 a 1964), de clientela vigiada (1964 a 1988). Ou seja, o Estado foi construindo – ao lado da Igreja Católica e de alguns empresários beneméritos – uma estratégia de intervenção, de

controle da pobreza com o propósito de transformar indigentes, abandonados, inválidos, doentes e delinquentes na categoria de “assistidos sociais” e, para tanto, foram se erguendo instituições próprias, de promoção, educação e reabilitação com lógicas científicas, técnicas, administrativas, filosóficas e jurídicas, que até hoje vigoram. Para Mestriner,

a assistência social, embora tenha ingressado na agenda do Estado – desde o âmbito municipal até o federal –, sempre o fez de forma dúbia, isto é, mais reconhecendo o conjunto das iniciativas organizadas da sociedade civil no denominado campo dos ‘sem fim lucrativos’ do que propriamente reconhecendo como de responsabilidade pública e estatal as necessidades da população atendida por tais iniciativas. (2001: 17)

Também observamos uma atuação social dos empresários em relação ao operariado nos anos 80 do século XIX, a partir da construção de vilas operárias. Essas vilas operárias eram construídas para os trabalhadores das indústrias com capital privado. Conforme Lia de Aquino Carvalho (1986), a origem das vilas operárias tem relação com inspeções sanitárias impingidas sobre as classes operárias durante a epidemia da febre amarela. Embora a motivação refira-se aos fortes interesses capitalistas e muito diferentes no que tange ao planejamento específico para a proteção de bem-estar moral e físico dos trabalhadores, as vilas operárias incorporam o valor do isolamento dos trabalhadores qualificados e semi-qualificados, tendo em vista o ambiente urbano crescentemente caótico. Além de expressar um modelo industrial paternalista, buscava criar um ambiente de trabalho controlado, livre da “desordem” causada pelo que muitos empresários acreditavam ser “as deficiências morais” das classes trabalhadoras da cidade.

O paternalismo também é visto na forma de desenvolvimento das vilas operárias da indústria têxtil no Nordeste do Brasil. A distribuição de privilégios de moradia nessas vilas, conforme demonstrado por José Leite Lopes (1988), expressa a arbitrariedade dos patrões nesta concessão. Para o autor, essas habitações construídas pelos empresários transformaram-se no local onde se processa a reprodução do trabalho, dos princípios e códigos fabris. Desta forma, os trabalhadores assumem para a administração de suas vidas a temporalidade e a racionalidade do capital, constituindo uma moral do trabalho. Em suma, as vilas operárias sugerem um apelo para a atração dos trabalhadores rurais para a fábrica, através do aliciamento, além de significar a criação de um mercado de trabalho cativo e fechado, através de sucessivas gerações

nascidas e criadas nas vilas operárias, sob o regime e temporalidade da expansão capitalista.

A partir da década de 30 e 40 do século XX, observamos uma nova articulação entre o empresariado e o governo no Brasil, para atender aos propósitos comuns de modernização e industrialização da economia e de estabilidade social, ambos permeados pelos ideais de nacionalismo e racionalização do capitalismo. Na década de 40 foram criadas instituições do chamado *Sistema S*¹⁰ (SENAI, SENAC, SESC; SESI). O SENAI foi criado em 1942, com o objectivo de realizar a capacitação de mão-de-obra para as indústrias; o SENAC, criado em 1946, teve o objetivo de capacitar os trabalhadores para o sector de comércio e serviços; o SESC e o SESI foram também criados em 1946, com o objetivo de prestar serviços que visavam o bem-estar dos trabalhadores (saúde, lazer, cultura e educação) e seus familiares, dos setores do comércio e dos serviços e dos trabalhadores da indústria, respectivamente.

Essas organizações foram criadas sob a inspiração da “paz social” e harmonia entre trabalhadores e patrões. Em 1945, os empresários brasileiros aceitaram aumentar suas contribuições ao Estado, com o intuito de ampliar sua ação social. A Carta Econômica de Teresópolis e a Carta da Paz Social são exemplos claros deste projeto social. Divulgadas pela Confederação Nacional da Indústria e do Comércio, afirmavam a idéia de harmonia e cooperação entre capital e trabalho e, com isso, mostravam sua disposição em assumir uma posição hegemônica na sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que temiam a influência dos comunistas sobre os trabalhadores industriais em face da insatisfação operária com as condições de trabalho e com os salários recebidos (Delgado, 1999: 121). O cenário que origina este consenso é o do encerramento da II Guerra Mundial e do conseqüente enfraquecimento do poder autoritário do Governo Vargas (1930-1945), que havia implantado, desde 1937, um governo ditatorial denominado de Estado Novo. Conforme afirma Delgado, “momento crucial para a definição do papel que deveriam desempenhar as `classes produtoras` na nova ordem que se anuncia” (*idem*).

Os recursos para a criação das organizações do Sistema S são calculados a partir de um percentual sobre as folhas de pagamento e recolhidos compulsoriamente dos empregadores, cujos estabelecimentos se enquadrem nas entidades sindicais

¹⁰ Conforme Rego (2002) a adequação do termo Sistema S é questionável, uma vez que essas organizações não constituem propriamente um sistema. No entanto a denominação se generalizou e se instituiu na prática, ainda que não exista uma aceção única para o termo.

subordinadas às confederações patronais da Indústria e do Comércio, de acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). O Estado delega aos empresários a tarefa do bem-estar social aos trabalhadores e estes atuam de maneira indireta, ou seja, a atuação social é intermediada pelas organizações sindicais patronais. As organizações do Sistema S são classificadas como “Serviços Sociais Autônomos”, que podem ser assim definidos:

Os serviços sociais autônomos (...) constituem uma peculiaridade brasileira, e formam uma espécie distinta de entidades paraestatais, com características próprias e finalidades específicas de assistência à comunidade ou a determinadas categorias profissionais. (...) Essas instituições têm personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e direção particular. (...) Não se integram no serviço público centralizado, nem se confundem com as autarquias. Vicejam à margem do Estado e sob seu amparo, mas sem subordinação hierárquica ao Poder Público. Organizam seus serviços nos moldes das empresas privadas; compõem suas diretorias sem ingerência estatal; administram desembaraçadamente seu patrimônio; aplicam livremente suas rendas, mas prestam conta a posteriori à entidade pública a que se vinculam. (Meirelles, 1966, *apud* Rego, 2002)

O Sistema S nasce da trajetória do capitalismo industrial pela via da industrialização por substituição de importação, corroborado pelo padrão institucional do corporativismo estatal que definia os sindicatos patronais e trabalhistas como organizações de direito privado, mas subordinadas a um Estado centralizador e autoritário. Deve-se ressaltar que este corporativismo viabilizou a participação das elites industriais nas estruturas decisórias, mas excluiu os trabalhadores como parceiros dos acordos corporativos em torno das políticas econômicas e sociais mais relevantes. Sua participação ficou restrita, e sob o controle do Ministério do Trabalho, às políticas trabalhistas e previdenciárias (Diniz, 2000).

Todas as organizações do chamado Sistema S tiveram continuidade até os dias de hoje, a despeito das mudanças no regime político. Nos anos 90, foram criadas novas organizações que passaram a agregar este “sistema”: o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas), o SEST (Serviço Social de Transporte), o SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte) e o SENAR (Serviço de Aprendizagem Rural).

Portanto, a responsabilidade social dos empresários no Brasil – a partir da construção de vilas operárias ou da criação de organizações para o bem-estar dos trabalhadores e seus familiares – está circunscrita no espaço do processo de industrialização do país, em que a mão-de-obra deveria estar vinculada ao espaço

territorial da organização do trabalho, através da lealdade ao patrão e da pretensa “harmonia” entre capital e trabalho.

A idéia que ultrapassa a visão restrita da responsabilidade social no âmbito da organização do trabalho foi introduzida no Brasil a partir de empresários ligados à consciência cristã nos negócios. Em 1961, foi fundada a Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas no Brasil¹¹ (ADCE Brasil), em São Paulo, como uma sucursal da União Internacional das Associações Católicas Patronais (International Christian Union of Business Executives). O debate sobre suas iniciativas em relação à responsabilidade social iniciou-se com a publicação da *Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas*, em 1965, em torno da defesa de valores como solidariedade, justiça e liberdade. Em 1974, a instituição publicou o *Decálogo de Empresário*, em que mostrou claramente sua proposta de responsabilidade social nos negócios, tornando-se uma rede nacional a partir de 1977, existindo até hoje sob a visão da Igreja Católica.

Temos, nos anos 80 e 90, uma crise econômica, com altas taxas de inflação; o fim da ditadura militar; a promulgação de uma nova Constituição (1988), denominada de constituição-cidadã, na medida em que contou com o debate de amplos setores da sociedade civil organizada; a formulação de um novo cenário institucional, em que as idéias de Reforma de Estado e de descentralização surgem para responder à crise e estabelecer novos mecanismos de articulação entre a sociedade. E acoplado a este cenário, observa-se o aumento dos níveis de desigualdade social e desemprego. Desta forma, as empresas passam a reavaliar seu papel e seus mecanismos de inserção política e econômica no novo cenário brasileiro, bem como sua intervenção como agente social.

As mudanças no sistema internacional redefiniram a agenda governamental nos anos 80 e 90 e forçaram o empresariado brasileiro a se adaptar a um novo papel político e social, que vai sendo definido a partir da reestruturação industrial. Novos canais de participação vão sendo criados à margem da estrutura corporativa oficial.

Um grupo de jovens empresários criou em 1987 uma nova entidade, com uma proposta de ação empresarial inovadora. O PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresarias) contava em 2000 com 480 empresários de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Fortaleza, Campinas, Ribeirão Preto, Vitória e Presidente Prudente. Em meio à reordenação ideológica empresarial, essa associação passou a propor iniciativas conectadas com a nova ordem política e econômica que envolve a redemocratização e a

¹¹ Ver Gonçalves (1984); ADCE (1997); Cappellin e Giuliani (2002).

abertura econômica. O PNBE passou a apresentar uma forte inclinação para a ação social e uma nova postura frente ao sistema político. Combateu a oligarquização e o imobilismo das entidades tradicionais.

O PNBE se autodefine como um movimento voltado para a luta pela democracia. Surge também como um movimento reativo ao fracasso do Plano Cruzado (Governo Sarney), com a preocupação com o controle da inflação e o silêncio da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) frente às mudanças do Brasil, adotando, na sua ação, uma orientação social-democrata. Gomes e Guimarães (2000) acreditam que a longevidade do PNBE pode ser explicada face às suas intervenções em problemas sociais emblemáticos, contribuindo assim para a constituição e o fortalecimento da democracia, o que reforça a singularidade deste movimento dentro das organizações empresariais.

Em 1992/1993, a ONG IBASE (Instituto Brasileiro de Análise Econômica e Social) organizou com empresas a primeira campanha nacional contra a AIDS/SIDA entre trabalhadores, conhecida como “a solidariedade é uma grande empresa”. Também em 1993, criou a campanha “Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida”. Esta campanha contou com a expressiva participação de indivíduos, ONGs, sindicatos e centrais sindicais, artistas, igrejas e grupos religiosos, empresas privadas e estatais, associações comunitárias, escolas e universidades, instituições filantrópicas, entre outras organizações, com o objetivo de distribuir alimentos em todo o país e discutir as relações entre saúde e nutrição, tecnologia e desenvolvimento local através de parceria Estado e sociedade.

Em 1997, o IBASE criou o Balanço Social, como um dos instrumentos mais difundidos no país para auditar as empresas quanto ao seu comportamento socialmente responsável, em que se destaca: a identificação do grau de comportamento social da empresa com a sociedade, os empregados e o meio ambiente; a evidenciação das contribuições para a qualidade de vida da sociedade; e a avaliação da administração através de resultados sociais, e não somente financeiros.

A presença de empresas estrangeiras no Brasil também tem interferido no aumento das ações sociais. Além de trazerem a experiência de atuação em atividades comunitárias para as filiais brasileiras, as empresas estrangeiras estão também preocupadas com a sua imagem após as privatizações e buscam mostrar uma face de empresa-cidadã para os consumidores brasileiros. Segundo o superintendente do

Instituto Ethos de Responsabilidade Social, Valdemar Neto, as companhias estatais privatizadas, em especial, têm necessidade de mostrar melhoria em seus serviços e também de criar, na comunidade em que atuam, uma visão de boa vontade em relação ao seu papel social. Desta forma, elas apóiam projetos voltados para o desenvolvimento da comunidade.

Em 1995, no Brasil, foi criada a GIFE¹² (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) com o objetivo de mobilizar empresas e articular parcerias entre organizações da sociedade civil e o Estado para projetos sociais comunitários, com o objetivo de solucionar problemas sociais e minimizar as desigualdades sociais. O GIFE surgiu informalmente em 1989, a partir de um comitê de filantropia instituído na Câmara Americana de Comércio de São Paulo (Amcham). Em 1995, com a elaboração de seu Código de Ética, foi instituído formalmente por 25 fundadores para desenvolver o foco da missão institucional: o investimento social privado, diferente para eles da filantropia.

O maior divulgador das questões ligadas à responsabilidade social no Brasil é o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial,¹³ uma organização sem fins lucrativos fundada no Brasil em 1998. O Instituto Ethos tem os mesmos propósitos da entidade similar americana BSR (Business for Social Responsibility), que conduz projetos e programas em nível global, buscando incentivar empresas a alcançarem sucesso em seus negócios, implementando práticas que respeitem pessoas, comunidades e o meio ambiente. Criado no Brasil por representantes do movimento empresarial do PNBE, o Instituto Ethos acredita que investir em responsabilidade social é um grande negócio, na medida em que as empresas podem compartilhar custos com o governo em relação ao desenvolvimento sustentável local, através de uma rede de ações capazes de sensibilizar, motivar e facilitar o investimento social dos empresários brasileiros:

A comunidade em que a empresa está inserida fornece-lhe infra-estrutura e o capital social representado por seus empregados e parceiros, contribuindo decisivamente para a viabilização de seus negócios. O investimento pela empresa em ações que tragam benefícios para a comunidade é uma contrapartida justa, além de reverter em ganhos para o ambiente interno e na percepção que os clientes têm da própria empresa. (Indicadores Ethos de Responsabilidade Social — Instrumento de Avaliação e Planejamento para Empresas, Junho/2000).

¹² Ver www.gife.org.br.

¹³ Ver www.ethos.org.br.

Em 1998, o Instituto Ethos tinha apenas 11 sócios. Em maio de 2003, esse número alcançou 750 e é formado por empresas que respondem por 32% do PIB nacional, sendo 30% dessas empresas filiais de multinacionais e 30% de pequeno porte.

A pesquisa "Atuação Social das Empresas – Percepção do Consumidor", do Instituto Ethos e jornal *Valor Econômico*, realizada em maio de 2000, revelou que a responsabilidade social corporativa não apenas contribui para formar a imagem que os brasileiros têm de uma empresa, como já começa influenciar suas decisões na hora da compra. Um em cada cinco brasileiros preferiu deixar de ter um determinado artigo ou comprou da concorrência por discordar das práticas do fabricante. Chegou-se a um total de 35% de consumidores que levam em conta a imagem social da empresa antes de consumir, pois desejam que os negócios contribuam para as metas sociais mais amplas.

Esta pesquisa também mostrou que no Brasil ainda existe a visão do governo como único e grande responsável pelo desenvolvimento econômico, pela redução da criminalidade, pela eliminação da pobreza e pelas políticas de saúde e meio ambiente. Porém, o papel das empresas está em segundo lugar como parte deste processo.

De acordo com informações do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas/IPEA, as 500 maiores empresas do Brasil aplicaram cerca de US\$500 milhões em projetos sociais,¹⁴ no final dos anos 90. A pesquisa "Ação Social das Empresas", realizada pelo IPEA em parceria com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e a Comunidade Solidária de 1998 a 2000, revelou que cerca de 1.400 empresas injetaram um volume de R\$3,5 bilhões em atividades sociais na região sudeste. O valor correspondeu a 30% dos investimentos estimados pelo governo para os estados da região sudeste no mesmo ano, sem incluir os gastos da previdência social, e chegou a quase 1% do PIB do sudeste. No Nordeste o investimento equivale a 4% e no Sul a 7% (IPEA, 2001). A mesma pesquisa apontou para o fato de que cresce entre as empresas o entendimento de que uma política de desenvolvimento social exige a participação em atividades sociais, seja sob pequenas doações eventuais a pessoas ou instituições até grandes projetos mais estruturados.¹⁵ Essa pesquisa mostra que o setor privado já pode ser considerado o grande interlocutor das políticas públicas do país no tocante às ações sociais.

¹⁴ Fonte: www.asocial.ipea.org.br. Boletim da Pesquisa "Ação Social das Empresas" – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA (setembro 1999).

¹⁵ O relatório da pesquisa está disponível no portal eletrônico do IPEA (www.asocial.ipea.gov.br).

Segundo os dados, em 2000, 59% das empresas privadas do país com um ou mais empregados promoveram, em caráter não-obrigatório, algum tipo de atividade social voltada para populações mais pobres. O gasto global com essas ações foi da ordem de R\$ 4,7 bilhões em 2000, o que na época, correspondeu a 0,4 % do PIB nacional. Os dados do IPEA revelam que, apesar dos recursos não serem tão elevados, o ativismo social empresarial deverá aumentar, na medida em que 39% das empresas atuantes afirmaram que irão expandir suas atividades sociais.

Tabela 1: Atuação social das empresas por região brasileira

Região	Sudeste	Nordeste	Centro-Oeste	Norte	Sul
Empresas que têm atuação social	67%	55%	50%	49%	46%
Participação das micro	61%	55%	48%	47%	41%
Participação das grandes	93%	63%	67%	67%	91%
Investimentos	US\$ 3 bilhões	US\$ 143 milhões	US\$ 125 milhões	US\$ 51 milhões	US\$ 176 milhões
Usam incentivos fiscais	8%	Menos de 1%	2%	6%	Menos de 1%
Fazem assistência social	57%	50%	62%	34%	66%

A amostra da pesquisa foi de 9.140 empresas privadas: Sudeste, 1.752 empresas/1999; Nordeste, 1.812 empresas/2000; Norte, 1.834/2000; Centro-Oeste, 1.910/2000; Sul, 1.832/2000

Fonte: IPEA, Pesquisa Ação Social das Empresas, 1999 e 2001.

Das cinco regiões pesquisadas pelo IPEA, a que mais possui empresas investindo em projetos sociais é o Sudeste. Desta Região, 67% disseram realizar algum tipo de ação junto à comunidade, desde atividades eventuais até projetos de âmbito nacional – extensivos ou não aos empregados das empresas e seus familiares. Em seguida vem o Nordeste (55%), o Centro-Oeste (50%), o Norte (49%) e o Sul (46%).

Entre as empresas que não realizam qualquer tipo de trabalho nesse sentido, a maior concentração está no Sul: 34% do total. No Nordeste, só 19% do total declararam que não realizam ação social. No Sudeste, esse percentual é de 16%.

De acordo com os dados apurados, os incentivos fiscais não têm servido de estímulo para que as empresas promovam atividades na área social, com resultados

pouco significativos. No Sudeste, os resultados mostram que somente 8% do total das empresas utilizam esses incentivos no desenvolvimento de seus projetos sociais, enquanto nas regiões Nordeste e Sul, esse percentual não chega a 1%.

A pesquisa confirmou também que, quanto maior o porte da empresa, maior o seu grau de participação. No Sudeste, por exemplo, 93% das maiores empresas realizam trabalhos sociais, enquanto que, nas menores, o percentual fica em 63%. Já no Nordeste, a participação das empresas de grande porte é de 63% e das menores é de 55%. No Sul, observa-se um dado expressivo: 91% das empresas de grande porte confirmaram que participam de programas sociais, enquanto que, entre as de pequeno porte, o percentual cai para 41%.

Em relação ao campo de atuação das empresas, existem algumas diferenças regionais. As empresas do Sul são mais identificadas com projetos de educação: 48% realizam ações na área, para apenas 14% das empresas da região Sudeste e 13% do Nordeste. As empresas da região Sul também estão mais voltadas para a saúde, apontando 38% de investimento nesta área, para apenas 13% empresas do Sudeste e 7% das do Nordeste.

No Nordeste e no Sul, as atividades são prioritariamente voltadas às comunidades em geral (80% e 70%, respectivamente). No Sudeste, as atenções dirigem-se especialmente ao atendimento infantil (63%), também alvo do empresariado nordestino (65%) e dos sulistas (51%).

A temática do ativismo social empresarial também foi tema no Fórum Social Mundial. Em 2003, o Fórum organizou um seminário intitulado “Um Mercado Socialmente Responsável: é possível?”, que contou com a participação de ONGs nacionais e internacionais, de setores empresariais, do sistema das Nações Unidas, entre outros, com o objectivo de “discutir e propor ações concretas para questões como a força da Responsabilidade Social Empresarial para promover efetivas mudanças do mercado no sentido redistributivo; a Responsabilidade Social Empresarial como estratégia de ampliação do mercado global para as empresas e ampliação dos benefícios; a eficácia do movimento voluntário; a efetividade da coerção social no desenvolvimento da cultura gerencial de Responsabilidade Social Empresarial”.¹⁶

Oded Grajew, fundador do Instituto Ethos, passou a fazer parte do Governo Lula (2003-2006) para assessorar o governo no diálogo entre empresas e governo e estimular as empresas a aderirem a programas sociais em parceria com o governo para o

¹⁶ Ver o site www.forumsocialmundial.org.br, conforme Beghin, 2003.

desenvolvimento social brasileiro. No entanto, um ano depois, Grajew saiu do governo alegando problemas pessoais.

Em entrevista à revista *Carta Capital* (04/06/2003), o empresário afirmou que o segmento empresarial é o mais poderoso da sociedade e é o que tem mais recursos financeiros e tecnológicos, constituindo, portanto, um ator fundamental para se engajar em programas voltados para erradicação da fome, pobreza, mortalidade infantil e analfabetismo. Preocupa-se também com a reforma agrária, o estímulo ao primeiro emprego para jovens e a agricultura familiar. Grajew afirmou que o governo federal possuía 40 projetos em andamento em 2003, envolvendo o engajamento empresarial. Seu papel como assessor no governo seria o de incentivar as empresas a investirem no social:

Hoje, a sociedade já entende que a questão não é dar dinheiro para o governo fazer as coisas. Ele tem suas políticas para atingir três milhões de famílias até o fim do ano, mas o dinheiro não passará pelo governo. Antes o que havia era assistência social, caridade, que nada tinha a ver com responsabilidade social. Os donativos iam para asilos, creches, igrejas. Depois o conceito passou a fazer parte da gestão da empresa, a relação com os funcionários, fornecedores, clientes, sob direção da alta cúpula. (*Carta Capital*, 04/06/2003)

Temos também como exemplo de uma atuação que inclui a responsabilidade social o Sistema FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro), que, através do SESI-RJ e do SENAI-RJ, trabalha em parceria com diversas instituições com o objetivo de promover a qualificação, requalificação, o aumento da escolaridade do trabalhador e de garantir maiores níveis de empregabilidade e competitividade.

Em julho de 2000, o sistema FIRJAN criou o Conselho Empresarial de Responsabilidade Social, composto por mais de 40 empresas de diversos setores, e implementou o Núcleo Regional de Responsabilidade Social em 8 regiões do estado do RJ. Este Conselho tem como missão conscientizar, motivar, facilitar e orientar as empresas para a prática continuada e crescente de responsabilidade social, considerando-a como uma estratégia de crescimento e longevidade, de apoio ao desenvolvimento integral do estado do RJ e de contribuição às políticas públicas do país. Para tanto, apresenta os seguintes programas prioritários: Programa Interação Empresa/Comunidade para o desenvolvimento local e Políticas Sociais, no Complexo do Caju¹⁷; Programa Conselho Amigo; Projeto Empresa/ONG – parceria para o desenvolvimento local (parceria com a Fundação Avina), e outros.

¹⁷ Caju é um bairro pertencente ao Centro da Cidade do Rio de Janeiro.

A FIRJAN entende que a responsabilidade social empresarial não existe sem a atuação dos três níveis do governo (federal, estadual e municipal) e seu papel é complementar as ações desenvolvidas pelos governos e por empresas, em parceria. Dessa forma, importa que as empresas percebam que não precisam criar novos projetos, e sim incentivar aqueles que já estão sendo desenvolvidos.

Em 2003, a FIRJAN elaborou um documento que reúne o posicionamento dos Conselhos Empresariais do Sistema FIRJAN, com o objetivo de divulgar seu posicionamento acerca de vários temas prioritários de interesse do setor industrial do Estado do Rio de Janeiro. Dentre as preocupações assinaladas pelo seu Conselho Empresarial de Responsabilidade Social Empresarial estão: a desigualdade social e a ineficiência dos gastos públicos nos programas governamentais, principalmente nas áreas de saúde, educação, habitação e renda; fomentar o aumento dos incentivos fiscais federais e estaduais para programas sociais, entendendo como uma forma de dividir responsabilidade entre os governos e as empresas; aumentar o apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e aos Conselhos Tutelares, através do Fundo da Infância e Adolescência; incluir um maior número de pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho (FIRJAN/Agenda Brasil, 2003).

No setor financeiro, já é comum, nos EUA e na Europa, o fundo de investimentos que aplicam em empresas socialmente responsáveis.¹⁸ Nos EUA, por exemplo, existem US\$ 2,2 trilhões investidos em ações de empresas com algum tipo de cunho social e ambiental. Em 2001 a ABN Amro Asset Management, ligada ao grupo financeiro ABN Amro, lançou o primeiro fundo de investimento em ações de empresas consideradas éticas. Nesses fundos, por exemplo, não entram ações de empresas ligadas ao tabaco, a armas ou bebidas alcoólicas. Os analistas financeiros avaliam que o valor das ações de empresas socialmente responsáveis no mercado têm tido um bom desempenho, pelo fato de que tendem a representar um risco menor, ou seja, há menos probabilidade de prejuízos por multas ambientais ou de algo que faça os consumidores rejeitarem a marca (Revista *Exame*, 27/06/2001 e *Folha de São Paulo*, 3/9/2000).

Em 2003, havia oito fundos de investimento social no Brasil, com recursos administrados de quase R\$ 90 milhões. O Banco Real ABN Amro possui dois desses

¹⁸ O estudo realizado pela SRI Compass (US Social Investment Forum), em 2002, mostrou que 38% dos administradores de fundos consideravam que uma “boa governação da empresa” teria um impacto positivo considerável nos anos futuros e 52% acreditavam que isso viria a acontecer dentro de 5 a 10 anos. Ver no site: www.sri-in-progress.com/article.mpl?id=468&version=fr.

fundos: o Ethical, com aplicação mínima de R\$100, e o Ethical II, para investimentos a partir de R\$ 100 mil. São de renda variável e seguem o modelo internacional de pressionar a difusão de práticas responsáveis. Nem sempre esses fundos acompanham os índices de mercado, pois dependem da gestão e de como são direcionados os recursos para as ações sociais (Revista *Carta Capital*, suplemento especial sobre responsabilidade social, 04/06/2003).

Esses dados parecem indicar o princípio norteador da idéia da responsabilidade social empresarial das grandes empresas: os benefícios da ação social empresarial podem trazer uma maior contribuição para o alcance dos objetivos estratégicos da própria empresa, tais como estreitamento da relação empresa-comunidade, motivação e produtividade dos empregados, incremento da lucratividade do negócio e melhoria da imagem institucional da empresa.

Agüero (2003) acredita que o surgimento da idéia de responsabilidade social empresarial é notável na América Latina, na medida em que emerge em um contexto de baixo crescimento econômico. Ao contrário, seria fácil imaginar ações sociais empresariais em cenário de crescimento expansivo.

Para o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos,¹⁹ a organização política não só no Brasil, mas também na América Latina, está caminhando na contra-mão das experiências de democracia dos países centrais. Enquanto nas democracias tradicionais se observa a erosão de seu capital social – que foi uma das razões e gênese histórica das democracias contemporâneas dos países centrais –, na América Latina está ocorrendo uma explosão de associações de todo tipo: esportiva, partidária, de lazer, profissional, setorial, etc.

O crescimento inédito da capacidade dos cidadãos organizarem grupos de interesse não é peculiaridade só do Brasil, mas de toda a América Latina desde os anos 70, até mesmo durante as ditaduras militares. Contudo, a explosão real do associativismo se situa no cenário da redemocratização e do neoliberalismo. A sociedade, hoje, está muito mais complexa e com novas conexões, pelo que fica difícil delimitar o papel dos agentes público e privado.

A divisão (tradicional e liberal) entre o público e o privado entendia que a ação do Estado só era legítima quando a ação dos indivíduos gerava externalidades negativas. Hoje, fica muito difícil estabelecer tanto os limites dos indivíduos quanto do Estado. Os

¹⁹ Wanderley Guilherme dos Santos fez este comentário oralmente no Workshop “Responsabilidade Social Empresarial no Brasil Hoje: um balanço”, em 2003.

conflitos que ocorriam, anteriormente, no mundo do capital e do trabalho ficavam restritos às empresas. Essas externalidades adquiriram novas dimensões, muito mais amplas. Por esta razão, está embutida no conceito da responsabilidade social empresarial a discussão do que pode ser considerado limite do privado e do público, e qual a responsabilidade dos atores privados por conseqüências de externalidades sociais.

Empresários entrevistados para a pesquisa “A Responsabilidade Social das Empresas no Brasil”²⁰ (2000) apontaram que suas associações estabelecem uma clara distinção entre responsabilidade pública e privada. Mesmo concordando com a idéia de que a elevação dos níveis de escolaridade e a boa saúde dos cidadãos sejam fatores estratégicos para o desenvolvimento das empresas, esperam que a promoção da educação e da saúde seja de responsabilidade do Estado e esperam que ele cumpra com sua obrigação nestas áreas. As empresas se tornam promotoras de iniciativas na área social somente quando tais ações podem resultar em externalidades positivas ou em vantagens comparativas para as próprias empresas.

A disputa em torno de até aonde vai a responsabilidade de cada um dos agentes sociais não está situada apenas no âmbito das empresas. Os empresários, os trabalhadores, os sindicatos, etc., estão envolvidos na mesma transição política. A América Latina está reconstruindo a constituição de sua identidade básica como sociedade; logo, as repercussões ocorrerão na vida política e no Estado.

O IBGE e o IPEA, em parceria com a ABONG e GIFE, realizaram um estudo em 2004, para observar o crescimento das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos. Realizou-se um retrato dessas instituições que empregam 1,5 milhão de pessoas, pagando salários e outras remunerações no valor de 17,5 bilhões de reais. A grande maioria (62%) das associações sem fins lucrativos foi criada a partir dos anos 90, sendo que as sediadas nas regiões Norte e Nordeste são bem mais jovens que as do Sul e Sudeste. A cada década se acelera o ritmo de crescimento do chamado Terceiro Setor brasileiro, que foi de 88% de 1970 para 1980, de 124% de 1980 para 1990 e, em apenas seis anos (1996 a 2002), de 157%, ou seja, passou de 105 mil para 276 mil fundações e associações sem fins lucrativos.²¹

²⁰ Esta pesquisa foi coordenada por Paola Cappellin, Gian Mario Giuliani, Regina Morel e Elina Peçanha, professores-doutores da Universidade Federal do Rio de Janeiro /UFRJ, com o apoio da Ford Foundation, e realizada no período de julho a dezembro de 1999.

²¹ Neste estudo foram excluídas as associações de cunho mercantil, as que sejam reguladas pelo governo ou as que tenham estrutura jurídica específica, que impossibilite a uma pessoa ou organização qualquer

O movimento da nova sociedade obriga a pensar também num novo Estado. Serão cada vez mais intensos e difíceis esses debates, porque não se tem um passado de mobilização política que compare com o que no Brasil vem ocorrendo.

3. O investimento social privado na saúde

A política social do Estado brasileiro tem sido analisada com ênfase no caráter arbitrário e discricionário das subvenções governamentais, caracterizadas pelo assistencialismo e pela ausência de instrumentos de controle pela sociedade. Ela se desenvolveu a partir de uma rede burocrática e clientelista, em que a promoção dos serviços sociais era realizada em meio de troca de apoio político, o que estimulava a cooptação, a manipulação, a corrupção e a redistribuição seletiva e discricionária da renda. Nossos bens públicos muitas vezes têm sido tratados como mercadorias e não como bens coletivos e universais, disponíveis a todos.

Nossos direitos sociais foram regulamentados por governos ditatoriais, no mesmo momento em que os direitos políticos eram suprimidos, o Legislativo era fechado ou funcionava à mercê do Poder Executivo. Como consequência tivemos uma supervalorização do Poder Executivo que apontava para a onipotência do Estado frente aos interesses do público em geral (Carvalho, 1995). Esse processo de desenvolvimento da cidadania disseminou uma cultura política estatizante, que vinculava a resolução dos problemas coletivos ao poder do Estado. Nesse sentido, tudo o que era público era estatal.

Contudo, devemos desmistificar a idéia de que o Estado no Brasil é absurdamente grande. Temos um Estado anão, morfologicamente disforme, que opera segundo uma lógica privatista e oligarquizante para o benefício de poucos: “Por isso, no Brasil, a provisão de bens realmente públicos, aqueles bens classicamente liberais – educação, saúde, lei e ordem – é deficitária e deficiente. Daí, também o descrédito associado à capacidade operacional do Estado” (Santos, 1993: 105).

No Brasil, o modelo de solidariedade estatal, além de regular a cidadania, através da tradição estatista que se baseava na concentração do poder decisório e executivo no nível do governo federal, possuía uma estrutura administrativa que oferecia uma baixa e

desempenhar essas actividades, como é o caso de partidos políticos, sindicatos, consórcios, etc. Ver o site www.ibge.gov.br.

restrita qualidade de serviços públicos e o mínimo de cobertura social. Será nos anos 80 que este quase-Estado de Bem-Estar Social bem como a legitimidade dos Estados, de maneira geral, vai sofrer algumas alterações.

O fim da ditadura militar e a emergência da democracia forçaram uma revisão das relações entre o Estado, o mercado, as empresas e a sociedade, criando um espaço no qual se passaram a manifestar os interesses dos cidadãos. Nesse espaço eles passam a desempenhar funções que antes eram da competência exclusiva do Estado, como a gestão da política social. Inaugura-se, então, a chamada participação cidadã como instrumento para o aprofundamento da democracia. O debate da participação cidadã se desenvolve no contexto da volta da democracia e da reforma institucional impulsionada pela nova Constituição Federal de 1988. Sua promulgação definiu uma agenda reformista, que se caracteriza por uma concepção universalista quanto aos direitos sociais, redistributiva quanto à renda e democrática quanto à gestão pública. Tal agenda, construída em torno do movimento pela constituinte, foi sustentada pela mobilização de amplos setores da sociedade organizada, congregando movimentos sociais e sindicais, organizações não-governamentais, entidades de pesquisa e setores técnicos.

Surgiram movimentos sociais em prol da assistência/prevenção à saúde no Brasil. Organizações da sociedade civil, igrejas, associações, fundações, etc., que ficavam distantes do poder decisório do Estado, passam a se fazer através de parcerias, com o objetivo de garantir melhores condições de vida e bem-estar para o conjunto da sociedade, estabelecendo, assim, uma nova compreensão dos limites do Estado e da sociedade. A busca pelos direitos de cidadania passa a ser intermediada por esses novos movimentos sociais que, “sem idealizar nem denegrir, devemos tomá-los como revelador sinal dos novos tempos, e lugar privilegiado para se tentar entender o que está acontecendo com a nossa sociedade” (Durham, 1984).

Em meados dos anos 1990 é implementado o Sistema Único de Saúde (SUS) que pressupõe um modelo misto de política social na saúde. Nesse modelo, entram as reformas no sistema público de saúde e mudanças na estrutura e no funcionamento do sistema privado, conhecido como sistema suplementar. O papel suplementar da saúde privada depende diretamente do sistema público, permitindo assim a oferta alternativa de serviços.

Em princípio, o Estado busca alterar o sistema de gestão pública da saúde, descentralizando as responsabilidades para os municípios. No sistema privado de saúde, o Estado age no sentido de, num primeiro momento, fortalecer os planos de saúde privados,

para depois regulá-los. Paralelamente ao investimento que o Estado vem fazendo no SUS, vem crescendo, no setor privado em geral, o investimento em projetos sociais de saúde. Nessa trajetória do reconhecimento da força do setor privado na saúde, aparece como novidade o investimento social privado na saúde. Empresas, mesmo aquelas não diretamente voltadas ao mercado da saúde, passam a se preocupar não só com a saúde de seus trabalhadores, mas a promover projetos sociais de saúde em comunidades de baixa renda. Alguns desses projetos são financiados por empresas privadas; outras vezes existe uma parceria entre empresa, Ministério da Saúde, governos estaduais e/ou municipais.

Todas essas mudanças que estão sendo operadas geram uma tensão, na medida em que ao mesmo tempo em que contêm o novo, coexistem as permanências. Como nos ensinou Edson Nunes (1997), as atuais mudanças no Brasil apresentam gramáticas políticas divergentes, convivendo, concomitantemente, com o universalismo dos direitos, o clientelismo e o insulamento burocrático. Sendo assim, entendemos que uma outra maneira de fazer não é nunca totalmente nova.

A pesquisa “Ação Social das Empresas” do IPEA apontou que apenas 17% das empresas investem na saúde, contra o investimento de 54% em assistência social; 41% em esporte e cultura; 41% em alimentação; 19% em desenvolvimento comunitário; e 19% em educação (IPEA, 2000).

A atuação de empresas na área de saúde envolve desde investimentos em novas unidades de atendimento, formação e capacitação de equipe e de agentes de saúde e compra de equipamentos para hospitais, até programas de humanização hospitalar e campanhas de educação para a saúde.

A presente investigação observou que os investimentos sociais de empresas na saúde concentram-se nas seguintes áreas:

- Problemas relacionados à dependência de drogas;
- Combate ao câncer;
- Prevenção da AIDS/SIDA e outras doenças sexualmente transmissíveis (DTS);
- Educação sexual e prevenção da gravidez precoce;
- Redução da violência;
- Saúde bucal;
- Educação para a saúde;
- Nutrição infantil.

Para Stotz (2003), as doenças de caráter crônico, como transtornos mentais associados ou não a drogadicção, tuberculose, hanseníase e AIDS/SIDA, assumem relevância social em contextos de crise econômica e agravamento da violência. São eventos endêmicos, “intransparentes”, que adquirem subitamente, visibilidade no sentido que podem “ameaçar a ordem”, aparecendo sob formas epidêmicas.²²

A seguir destacamos alguns projetos sociais de saúde realizados no Brasil,²³ que envolvem empresas, governo e organizações não-governamentais.

- **FIRJAN** – O Projeto Ação Global presta serviços sociais, uma vez por ano, a uma comunidade escolhida, de baixa renda, em vários municípios do estado do Rio de Janeiro. Em um final de semana, o projeto oferece serviços de saúde de controle de pressão, avaliação odontológica e oftalmológica, ao lado de outros serviços: cabeleireiro; postos de carteira de trabalho, de identidade e de certidão de nascimento; lanche durante a ação. Este trabalho é coordenado pelo SESI, em parceria com a Rede Globo. Em 2002, foram distribuídas 74,5 mil carteiras de identidade. Em setembro de 2003, o tema principal foi a alfabetização de adultos, que cadastrou voluntários para alfabetizar e aqueles que queriam se alfabetizar. Este projeto, apesar de ser realizado desde 1996, só em 2003 contou com a parceria do governo federal.

- **Instituto Ronald MacDonald** – realiza o Projeto de Combate ao Câncer Infante-Juvenil em todo o país, em parceria entre órgãos públicos, empresas e demais instituições. Uma vez por ano, o resultado da venda de um sanduíche da rede de alimentos “fast food” MacDonald (Big Mac), excluindo os impostos, é revertido ao combate ao câncer infante-juvenil. A empresa oferece suporte a uma rede nacional de hospitais e instituições especializadas no câncer, além de manter hospedagem de crianças e seus responsáveis de outras cidades em tratamento. Em 20/11/2003, foram vendidos no país 1.305.772 sanduíches Big Macs, sendo arrecadados R\$ 7.032.113,94. Este valor beneficiará 64 instituições do país, como por exemplo: introdução do setor de assistência oftalmológica pediátrica do INCA, no Rio de Janeiro (Instituto Nacional do Câncer); reforma, ampliação e equipamentos para ambulatório de quimioterapia em Santos (SP); construção do Hospital de Câncer Infantil de Brasília (DF); implantação do Hospital Peter Pan em Fortaleza (CE); construção de laboratório de

²² Endemia é doença que existe constantemente em determinado lugar e ataca número maior ou menor de indivíduos, peculiar a determinada população ou região. Epidemia é doença que atinge a muitos num curto espaço de tempo. É o surto de agravação de uma endemia e são eventos sociais que ultrapassam os limites de um grupo ou classe social (por exemplo, dengue e meningite).

²³ Esses exemplos são resultado de algumas entrevistas abertas, realizadas pela autora deste artigo com coordenadores dos respectivos projetos sociais, em 2004, para a sua pesquisa de doutoramento intitulada “Empresas em Transformação no Brasil Contemporâneo: o investimento social privado é uma nova forma de solidariedade?”, ainda em fase de conclusão.

imunofenotipagem e controle estatístico informatizado em Goiânia (GO); construção do Centro Oncológico em Canoas (RS).

- **White Martins** – Desde 2000, a empresa investe na formação de 1.500 adolescentes de 17 anos, de 60 municípios, expostos a riscos sociais relacionados à saúde. Os Agentes Jovens de Saúde recebem orientação para prevenir problemas típicos em sua faixa etária, como gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis e consumo de drogas. Também são capacitados para investigar, nas comunidades em que moram, os casos que exigem assistência especializada (portadores de deficiência e patologias crônicas) e atuar em questões relacionadas a cuidados básicos de saúde. O investimento aproximado é de R\$1,5 milhão.

- **Fundação Telefônica** – Apóia a edição de materiais (cartilhas e vídeos) e a criação de um portal eletrônico para padronizar procedimentos médicos das equipes de atendimento do Programa Saúde da Família (PSF), do Ministério da Saúde. Seguindo os parâmetros da Organização Mundial da Saúde (OMS), os recursos didáticos abordam mais de 100 temas. O investimento aproximado/por ano é de 500 mil reais.

- **Fundação Itaú** – O Programa Saúde & Cidadania tem como objetivo capacitar e aperfeiçoar gestores municipais de serviços de saúde, de todo o país. Por meio de doze manuais sobre as principais vertentes da administração do setor em saúde, a intenção é modernizar as práticas gerenciais. O Programa é desenvolvido em parceria com o Instituto de Desenvolvimento de Saúde (IDS) e a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). O investimento anual é aproximadamente de 200 mil reais.

- **Eletronuclear** – Esta é uma empresa estatal de energia. Entre outros projetos sociais, como apoio a hospitais da região ao entorno da empresa, fornece recursos para dois programas desenvolvidos pelo Ministério da Saúde, em Angra dos Reis (RJ): Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e o Programa Saúde da Família (PSF).

- **Rede SARA**H – Promovido pela Associação Pioneiras Sociais, instituição de serviço social autônomo, de direito privado e sem fins lucrativos, gere a Rede SARA H de hospitais de aparelho locomotor, com recursos públicos. Através de um Contrato de Gestão, a União Federal explicita os objetivos, as metas e os prazos a serem cumpridos. O controle é feito pelo Tribunal de Contas da União, com ênfase na avaliação dos resultados finais dos investimentos garantidos pelos recursos públicos. A qualidade dos serviços é aferida pelo Centro Nacional de Controle de Qualidade, com padrões universais nas áreas ambulatorial e hospitalar.

- **Fundação Orsa** – O Grupo Empresarial Orsa criou, juntamente com o Ministério da Saúde, o Programa Método Canguru. Este Método, entre outros benefícios, estimula o aleitamento e o fortalecimento dos laços afetivos mãe-bebê-família. Sua disseminação por todas as regiões do Brasil, bem como a capacitação de pessoal da área da saúde, ocorre por meio da parceria entre Ministério da Saúde, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Fundação Orsa. Este Método foi criado na Colômbia, em 1979, para contornar a falta de incubadoras e outros equipamentos necessários para recém-nascidos prematuros. O BNDES destina a verba para a Fundação Orsa, que repassa a verba para as Prefeituras desenvolverem o Programa Método Canguru. O Ministério da Saúde (MS) entrou na rede para normatizar o Programa e dar as diretrizes técnicas, avançando na metodologia colombiana. A normatização do Ministério da Saúde consiste em adotar este Programa em Centros de Referências do Ministério da Saúde em todas as cidades do Brasil.

- **Projeto Renascer** – Este projeto, criado pela ONG Saúde Criança Renascer, oferece assistência às crianças que recebem alta de um hospital municipal do Rio Hospital da Lagoa), visando quebrar o círculo vicioso miséria – doença – internação – alta – reinternação – morte. Este projeto foi criado por uma médica deste Hospital, em 1991, e oferece os seguintes serviços para as crianças e seus familiares: cesta básica, medicamentos, equipamentos ortopédicos, fraldas, preservativos, recreação infantil, atendimento psicológico e psiquiátrico, capacitação profissional para os familiares. A empresa White Martins, através da Praxair Foundation, doou 300 mil dólares para este projeto em 2003. O dinheiro está sendo utilizado para dar apoio às crianças internadas no Hospital da Lagoa, bem como para ampliar esta metodologia para mais 4 hospitais públicos do Rio. A ONG Saúde Criança Renascer recebe doações de inúmeras empresas privadas e de outras ONGs internacionais, além do BNDES e da Petrobrás.

- **Conselho Empresarial Nacional (CEN)** – Criado pelo Ministério da Saúde em 1998, promove ações para estimular o envolvimento do setor privado na prevenção e assistência às doenças sexualmente transmissíveis (DST), em particular a AIDS/SIDA. O objetivo é sensibilizar e mobilizar o setor empresarial, estimulando e fortalecendo o exercício da responsabilidade social empresarial. A idéia é otimizar esforços e recursos para atingir cada vez mais pessoas. As empresas desenvolvem iniciativas para difundir informações sobre as doenças e sua prevenção entre trabalhadores e seus familiares.

Em suma, esses são exemplos de novas formas de solidariedade sendo criadas pelas empresas. Desta maneira, podemos observar que novas estratégias e novos valores culturais estão surgindo no mundo corporativo brasileiro a partir da idéia da cooperação

com o poder público para buscar benefícios mútuos e oferecer algo mais à sociedade além de produtos e serviços: respeito e credibilidade.

À guisa de conclusões

Apesar da ação social empresarial ser um fenômeno relativamente novo, hoje tem assumido dimensões que atingem a escala mundial. Pressões sociais e uma nova relação social entre Estado, sociedade e mercado têm impulsionado a multiplicação dos discursos e práticas de responsabilidade social empresarial.

Essas ações não podem ser analisadas por apenas um ponto de vista, ou seja: da conspiração dos interesses privados na ação pública. Nesse processo de construção de bens coletivos como a saúde, outras variáveis estão em jogo, permitindo a formulação de algumas hipóteses de trabalho. Acreditamos ser necessário avaliar essas ações a partir de um enquadramento contextual (neste caso, o Brasil) antes de julgarmos seus malefícios à universalidade dos direitos sociais.

A primeira variável é de que existem outros fatores na trama da responsabilidade social empresarial, que vão além dos interesses privados em ampliar seu poder em relação ao espaço público. Existe a possibilidade de uma mudança de mentalidade estar emergindo em alguns setores ou grupos do empresariado brasileiro, na medida em que a opção por este tipo de ação estratégica é uma escolha política e social não de todos, mas de alguns grupos empresariais. Pressupomos que esses empresários possuem uma visão interconectada com o novo cenário político que envolve a redemocratização do país, associada ao aumento da pobreza, das desigualdades sociais, da violência, da diminuição do poder aquisitivo e da estagnação do crescimento. Portanto, ao mesmo tempo que é uma estratégia, possui em seu cerne uma mudança de comportamento do empresariado, que pode ser favorável na prestação de serviços às camadas populares da sociedade.

Outra questão é que, sendo essas ações estratégias empresariais articuladas e forjadas no espaço público, podemos pressupor que haja deliberação e planejamento entre outros participantes, além do empresariado “bem intencionado”: os próprios beneficiários/cidadãos, funcionários das empresas que se envolvem nos projetos, consultores, lideranças locais, a Igreja e até mesmo o Estado. A conjunção desses

atores, atuando no espaço público, em que estruturas sociais e culturais estão em jogo, é que definirá a implementação e o desdobramento do projeto social. Cria-se, assim, uma arena de debates entre os diversos atores sociais. Provavelmente, será construído um espaço onde se contemplarão procedimentos racionais, discursivos, participativos e pluralistas que, possivelmente, permitirão, no agir comunicativo, a criação de normas e regras.

Outro fator inquietante é quanto à discussão de que essas práticas substituem a garantia dos direitos pela prestação de serviços. Acredito que a oferta desses serviços sociais, através das ações empresariais, pode vir a gerar uma luta por mais ofertas de serviços e, quiçá, pela garantia desses direitos e sua correspondente qualidade. As empresas sabem que sozinhas não possuem a capacidade para responder a todas as demandas sociais ou mesmo habilidades para enfrentar a complexidade social na formulação de políticas públicas. Sendo assim, elas precisam interagir com o Estado e com a comunidade, gerando, conseqüentemente, pressão social sobre o Estado por mais oferta desses serviços.

Por ser uma nova forma de produzir políticas sociais, o investimento social privado pressupõe um processo de aprendizagem e envolve tensões com outras arenas da sociedade. Essas tensões poderão atrair o Estado para arbitrar a ação coletiva.

Toda ação social que envolve investimento (mesmo que de empresas privadas) em políticas sociais depende da relação com o Estado em vários níveis. Nesse sentido, acredito que o que vai conferir significado, valor e direção à responsabilidade social empresarial é o Estado. A experiência do investimento social privado poderá ter saldo positivo se houver um Estado dotado de cultura democrática capaz de promover um desenvolvimento social deliberativo.

O projeto social emancipatório será construído se houver um governo diferente, capaz de potencializar as ações empresariais em prol da expansão das capacidades substantivas dos cidadãos e através de mudança cultural expressa em novos arranjos institucionais democráticos. Ainda que esta investigação possa parecer ter uma visão um tanto otimista, essas ações podem ser ocasiões preciosas de mudança genuína. As ações sociais empresariais podem ser transformações seminais, na medida que poderão ser complementos para outras variáveis. Ou seja, os incentivos individuais promovidos pelas empresas, a um conjunto de utentes/cidadãos, podem mobilizar o Estado para a maior distribuição de bens coletivos. Nesse sentido, essas ações empresariais de

responsabilidade social podem gerar ressonâncias políticas e sociais emancipatórias, na medida em que se coloca na arena política a competição entre uma ou mais formas de poder: o do Estado, o das empresas e o de grupos sociais mais organizados.

Contudo, diante do risco político do investimento privado na área da saúde enfraquecer o espaço público na luta pelos direitos de cidadania, este só poderá ser enfrentado no palco de discussões entre o Estado – que controla, fiscaliza e protege a saúde, como bem público –, a sociedade organizada e participativa e as empresas. O investimento privado só terá malefícios enquanto houver um Estado paralítico e uma sociedade alheia aos negócios públicos.

Referências Bibliográficas

- Agüero, Felipe (2003), "The Promotion of Corporate Social Responsibility in Latin American". Relatório da Pesquisa (mimeo). Ford Foundation e University of Miami.
- Ashley, Patrícia Almeida; Coutinho, Renata B.G.; Tomei, Patrícia A. (2000), *Responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial: Uma análise conceitual comparativa*. São Paulo: Anais do 24º Encontro Nacional da ANPAD, set.
- Associação Dirigentes Cristão de Empresas/ADCE (1997), *A história de um ideal: A ADCE no Brasil: 1961-1996*. São Paulo: ACDE.
- Beghin, Nathalie (2003), "A filantropia empresarial: nem caridade, nem direito". Dissertação de Mestrado, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília.
- Cappellin, Paola (2004), "A igualdade das oportunidades nas relações de trabalho: a ética de reparação antecede o dever de responsabilidade", in Ana Alice Costa *et al.* (orgs), *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT.
- Cappellin, Paola; Giuliani, M. (2002), "The Political Economy of Corporate Social and Environmental Responsibility in Brazil". Relatório de Pesquisa (mimeo). Nações Unidas/UNRISD e UFRJ/PPGSA.
- Cappellin, Paola; Giuliani, M.; Morel, R.L.; Pessanha, E. (2000), "As organizações empresariais e a responsabilidade das empresas", in Kirschner, Gomes e Cappellin (orgs.), *Empresa, empresários e globalização*. RJ: FAPERJ e Relume Dumará.
- Carvalho, José Murilo (1995), *Desenvolvimento de la ciudadanía en Brasil*. Mexico: Editores El Colegio de México e Fondo de cultura Económica.
- Carvalho, Lia de Aquino (1986), "Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro, 1886-1906". Relatório de Pesquisa. RJ: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural.
- Cheibub, Zairo B.; Locke, Richard M. (2002), "Valores ou interesses? Reflexões sobre a responsabilidade social das empresas", in Kirschner, Gomes e Cappellin (orgs.), *Empresa, empresários e globalização*. RJ: FAPERJ e Relume Dumará.
- CIOLS, Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (2001), "Una Guía Sindical Sobre la Mundialización". Este guia está disponível no site:<http://www.icftu.org/pubs/globalisation>.

- CES, Conselho Económico e Social (2003), *Seminário: A responsabilidade social das empresas*. Série Estudos e Documentos. Lisboa: Centro de Documentação e Informação do Conselho Económico e Social.
- Delgado, Ignácio Godinho (1999), “Empresariado e política social no Brasil”, in Kischener, Ana; Gomes, E. (orgs.), *Empresa, empresários e sociedade*. Rio de Janeiro: Sette Letras.
- De Swaan, Abram (1992), *A cargo del Estado*. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, S.A.
- Diniz, Eli (2000), *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais – Brasil Anos 1990*. RJ: FGV.
- Durham, Eunice (1984), “Movimentos sociais. A construção da cidadania”, *Revista Novos Estudos CEBAP*, 4.
- FIRJAN, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (2003), “Temas Prioritários do Sistema FIRJAN”, *RJ: Agenda Brasil*. RJ: FIRJAN.
- Gomes, Eduardo R.; Guimarães, Fabricia (2000), “Os empresários entre a tradição e a renovação; O caso do PNBE”, *Revista Internacional de Estudos Políticos*, 2(1).
- Gonçalves, Ernesto Lima (1984), “Responsabilidade social da empresa”, *Revista de Administração de Empresas*, 24.
- Hunter, James Davison (1999), “La guerra cultural americana”, in Peter Berger (org.), *Los límites de la cohesión social. Conflictos y mediación en las sociedades pluralistas*. Barcelona: Galaxia Gutemberg e Círculo de Lectores.
- IPEA (2001), “A iniciativa privada e o espírito público – Um retrato da ação social das empresas”, abril. Relatório de Pesquisa. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Lopes, J. S. (1988), *A tecelagem dos conflitos de classe nas cidades das chaminés*. São Paulo e Brasília: Ed.Marco Zero e CNPq.
- Melo Neto, F. P. de; FROES, César (1999), *Responsabilidade social e cidadania empresarial*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Mestriner, Maria Luiza (2001), *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez.
- Nunes, Edson (1997), *A gramática política do Brasil: Clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro e Brasília: Jorge Zahar e ENAP.

- Rego, Mauro Lopez (2002), “A responsabilidade social como resposta do Sistema S ao ambiente institucional brasileiro: Pós-década de 1990: O caso do SESC”. Dissertação de Mestrado Executivo: EBAPE / Fundação Getúlio Vargas.
- Sansaulieu, Renaud (1997), *Sociologia da empresa. Organização, cultura e desenvolvimento*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Santos, Wanderley Guilherme (1993), “Mitologias institucionais brasileiras: do Leviatã paralítico ao estado de natureza”, *Revista de Estudos Avançados*, 7(17), jan-abr.
- SEBRAE (1998), “A questão do meio ambiente”. Brasília: Publicado em revista pelo Sebrae.
- Sempre Brasil (2000), Publicação do Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável / CEBDS, ano 1, n.º 4, jul./ago./ set.
- Skidmore, David (2001), “Sociedade civil, capital social e desenvolvimento econômico”, in Abreu (org.), *Transição em fragmentos: Desafios da democracia no final do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Stotz, Eduardo Navarro (2003), “Ações de solidariedade na saúde: semântica, política e ideologia diante da pobreza e da doença”, in Goldenberg, Pauletee *et al.*, *O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- Weinstein, Bárbara (2000), (Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964. São Paulo: Cortez.